

Experiência: balanço social como critério de custo-benefício

Clélia de Freitas Capanema

Professora do mestrado em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB); integrante do grupo de pesquisa "Gestão Educacional, Economia e Implicações Curriculares" e aposentada da Universidade de Brasília (UnB).

A presente reflexão foi instigada pela temática deste número do *Em Aberto*. Enquanto a comunidade dos educadores critica a política econômica, identificada como neoliberal, por privilegiar a eficiência econômica dos programas de governo, que sustentam a qualidade social em favor da lógica do capital, buscando o crescimento a um alto custo social, por seu lado, a comunidade dos economistas acusa o pessoal da educação de inapetência, por despreparo, para incursionar no mundo das quantidades. Daí deriva, muitas vezes, segundo esses últimos, uma visão ingênua da realidade, pautada pelo idealismo e com laivos de inconseqüência. Parece que foi por algum tempo mais fácil aos economistas aprenderem um pouco sobre educação do que aos educadores aprenderem um pouco sobre economia.

Não mais. Várias forças estão mudando a maneira de pensar sobre a educação e a aprendizagem: a globalização, a tecnologia da informação e o novo papel do conhecimento e da informação como fatores econômicos. Não só no Brasil, nesse jogo de forças, o grande desafio para os economistas, os decisores e os executores de políticas públicas de educação é o dilema de conciliar a crescente demanda por educação de qualidade, para inclusão social e competitividade intra e internacional com a escassez de recursos. Tomada de decisões e gestão de recursos limitados pedem competência. No caso específico brasileiro, tomaria apenas um exemplo para ilustrar o desafio: a efetiva universalização do ensino médio, com seu corolário de gratuidade, acenada pela Emenda Constitucional nº 14/96 e a consolidação da universalidade do ensino fundamental obrigatório e gratuito, ainda incompleta em ingresso, permanência e, sobretudo, em sucesso escolar. Nesse cenário, a questão dos gastos com a educação se torna crucial e a gestão racional de recursos financeiros passa a ser prioritária nas organizações educacionais nos vários níveis.

Na Universidade Católica de Brasília (UCB), apesar da juventude do programa de mestrado em Educação, estamos procurando mudar aquele quadro dicotômico, e nossos mestrandos que optaram pela área de concentração de gestão e políticas públicas

estão sendo seduzidos pelos estudos de economia da educação. Só neste fim de semestre, seis dissertações foram defendidas dentro do tema de financiamento. São fruto de um projeto único do nosso grupo de pesquisa “Gestão Educacional, Economia e Implicações Curriculares”. Os subprojetos de que se compõe foram conduzidos em duas etapas, uma qualitativa, que adotou a técnica de grupos focais, e uma quantitativa, sob a forma de *survey*.

Começado em 1998, esse projeto, além de vários artigos, tem parte dos seus resultados divulgados em livro, de autoria de Cândido Alberto Gomes e 12 mestrandos, na qualidade de colaboradores: *O ensino médio no Brasil ou a história do patinho feio recontada* (Brasília : Universa/Unesco, 2000), com prefácio de Jorge Werthein.

Essas pesquisas investigaram: os *custos indiretos* do ensino médio para os alunos matriculados na escola pública do Distrito Federal, com foco nos fatores impeditivos do ingresso na escola ou da continuidade dos estudos, tais como transporte, alimentação e uniformes; racionalização do uso de espaço e tempo pela escola e pelo aluno de ensino médio em escolas públicas do Distrito Federal; aspectos constitucionais e legais do financiamento da educação brasileira e sua execução em nível federal; a questão específica do livro didático para o ensino médio na escola pública e o *custo direto* do funcionamento do ensino público no Distrito Federal.

O referencial teórico e a revisão da literatura perpassaram as abordagens econômicas da educação, as metodologias exigiram um tratamento estatístico mais refinado e as conclusões e recomendações desaguaram em reflexões sobre o que o governo, a sociedade e os educadores têm de saber para melhorar nossos índices educacionais. Sabe-se, por exemplo, que se a educação é cara, a insuficiência e a deficiência no prover serviços educativos custam

um preço provavelmente impagável para o indivíduo e para a Nação. Com isso os economistas estão de acordo. As políticas públicas de educação têm de estar atentas para os prejuízos individuais de não-realização pessoal e para os problemas de desintegração social, como o desemprego, o uso e tráfico de drogas, a corrupção e a violência, males que afetam muitos jovens que não estão na escola porque a ela não tiveram acesso ou não tiveram meios de nela permanecer. Isso não é delírio de educadores. Por estarem lúcidos e conscientes, cobram a presença do Estado nas estratégias políticas de educação, exigindo financiamento adequado às necessidades. Embora sabendo guardar as proporções do mapa econômico mundial, é difícil para parte deles entenderem por que na maior economia do mundo, no ensino público, praticamente universal e gratuito nos níveis fundamental e médio, que representam a nossa educação básica, as despesas com livros, transporte e alimentação são cobertos pela escola.

Por outro lado, o pessoal de um sistema educacional público já está de acordo em que a gratuidade do ensino para os alunos e famílias não exclui custos. Nada é gratuito. Os gastos têm de ser otimizados. O econômico e o social não se antagonizam.

Se não permanecer no nível retórico, é animador perceber que o balanço social está emergindo como critério de avaliação das políticas públicas, em que se incluem as de educação. Com essa ótica, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em entrevista a uma revista semanal, de 20 de dezembro de 2000, declarou que, para ele, o Brasil tem de apoiar os excluídos e que o instrumento correto é o orçamento. Para nós, também. O benefício do custo das políticas públicas se deve medir pelo que resultam em promoção humana e desenvolvimento social.